

## Local Peças serão utilizadas na futura construção



edifício". E acrescenta que "a estrutura a reutilizar está de acordo com o projecto aprovado e está devidamente registado o seu posicionamento na reabilitação".

### Carta do Património

Apesar de a obra só ter arrancado há cerca de um mês, este é um projecto com uma década. Tudo começou em 2011 quando o IST e a Câmara de Lisboa assinaram um protocolo para a cedência do direito de superfície da antiga Gare do Arco do Cego para que ali fosse construído um centro de estudo. Durante essa década, o projecto foi sofrendo avanços e recuos, que incluíram a revisão do projecto, uma vez que o estado de conservação das fundações existentes obrigaram a alterar a técnica de reabilitação da estrutura metálica e de outros elementos relevantes do projecto, explicava o IST a *O Corvo* em Setembro de 2017. O projecto de arquitectura seria aprovado pelo município ainda nesse ano. E, segundo diz a Câmara de Lisboa ao PÚBLICO, o projecto de demolição "integra o conjunto de projectos de especialidade" que foi submetido pelo IST e aprovado pela autarquia.

A antiga gare foi construída em 1882 para colmatar as necessidades do serviço de transportes de uma cidade em crescimento. Foi sofrendo alterações ao longo do tempo, à medida que o sistema se ia modernizando. Os vestígios que restavam eram então parte do conjunto original do início do século XX, uma vez que após quase um século de actividade, a gare passou a terminal rodoviário e, mais recentemente, a parque de estacionamento.

Apesar de ser um dos poucos exemplares deste tipo de arquitectura na cidade, a antiga gare não detém nenhuma classificação patrimonial, mas está referenciada na Carta Municipal do Património Arquitectónico e Paisagista. Apesar de o Plano Director Municipal não prever "quaisquer restrições especificamente relacionadas com o conjunto do Arco do Cego", por se tratar de um imóvel incluído no inventário municipal e por estar dentro da zona de protecção de um imóvel classificado (a Casa da Moeda) "a sua reconversão deverá ser apreciada pelo Núcleo Residente da Estrutura Consultiva do PDM de Lisboa".

Questionada sobre o assunto, a Câmara nota que o projecto mereceu "parecer formal da Estrutura Consultiva Residente, datado de 2015.09.28", remetendo para um relatório de 2012 "no qual foram identificados os valores patrimoniais a ter em conta". Também no âmbito da comissão de Avaliação, a Direcção-Geral do Património Cultural emitiu parecer favorável, diz o município.

### Salvaguarda de materiais

Segundo o IST, o projecto — que implicará um investimento de 12

**Cristiana Faria Moreira** Texto  
**Rui Gaudêncio** Fotografia

Na última semana, quem passou pelo Arco do Cego, no centro de Lisboa, terá ficado surpreendido por ter visto as estruturas de ferro e de tijolos das três naves que restavam da antiga estação de eléctricos da Carris serem demolidas com máquinas, restando apenas algumas construções. O Instituto Superior Técnico (IST), responsável pela obra, diz que não se tratam de demolições, mas sim de "desconstrução para futura aplicação".

Os trabalhos fazem parte da construção do Técnico Innovation Center, um novo espaço para os estudantes universitários da cidade, com áreas de estudo disponíveis 24 horas por dia, zona de cafetaria, auditórios para acolher apresentações e conferências e uma grande área para exposições. A ideia é que este centro possa ser um espaço de interacção entre alunos e empresas, núcleos de investigação e estar, assim, de "portas abertas à cidade", segundo notou o presidente do Instituto Superior Técnico (IST), Rogério Colaço, no lançamento da primeira pedra deste centro, no passado dia 18 de Outubro.

Dias depois, começaram os trabalhos no local, intervindo nas estruturas que ainda ali existiam e que são memória do período industrial da segunda metade do século XIX — da chamada Arquitectura do Ferro —, comum a várias gares ferroviárias

desse período e de que é também exemplo a estação de eléctricos de Santo Amaro, em Alcântara.

Por isso, a demolição das estruturas causou surpresa, sobretudo quando o Técnico sempre sublinhou que a "operação de reconversão da antiga gare do Arco do Cego tem por foco a reabilitação e consolidação da edificação existente". Por que razão foram então as estruturas praticamente todas desmanteladas?

Numa resposta escrita ao PÚBLICO, Miguel Amado, vice-presidente do Técnico para as Instalações e Equipamentos, sublinha que os trabalhos já executados não correspondem "à demolição do edifício, mas sim a uma actividade de garantir a segurança dos elementos da cobertura que ameaçam ruir". E nota que o projecto prevê a "conservação dos elementos identificados no projecto como de relevante interesse patrimonial". Esses elementos, acrescenta, estão identificados num estudo elaborado por José Maria Lobo de Carvalho, professor auxiliar convidado do IST, tendo o projecto a supervisão científica de Teresa Heitor e a autoria do arquitecto António Barreiros Ferreira.

Miguel Amado acrescenta que "foi desmontada a estrutura metálica e todas as peças cerâmicas da cobertura/telhadas de modo a que voltem a ser reutilizadas novamente na cobertura, dado que parte das actuais telhas são ainda originárias do primeiro momento da construção do

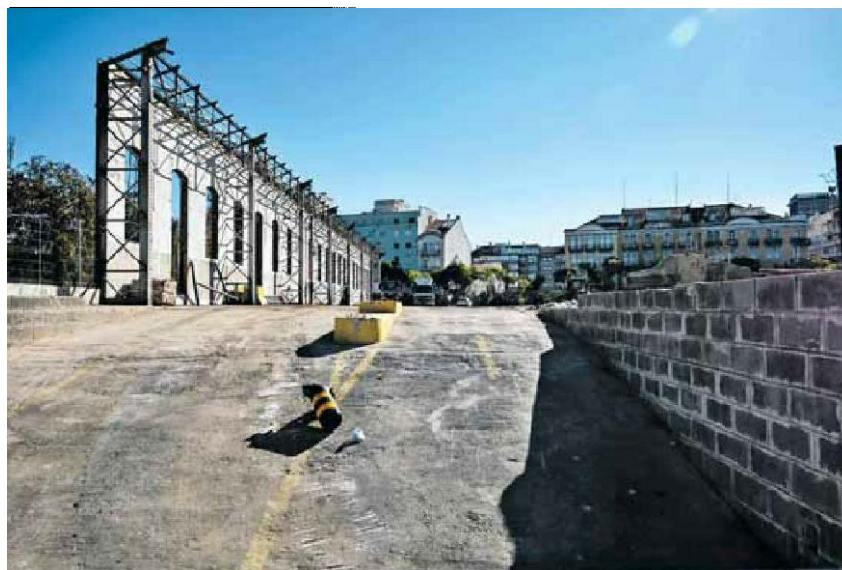
# Técnico diz que estrutura da antiga Gare do Arco do Cego foi apenas desmontada

Instituto Superior Técnico diz que estrutura não foi demolida. Ali nascerá um novo espaço de estudo 24 horas e auditórios para os estudantes universitários da cidade

milhões de euros, financiado por fundos comunitários, verbas próprias do IST e pela seguradora Fidelidade – “parte da intenção clara de revelar e potenciar a amplitude espacial das naves, marcada pela presença da luz zenital e pelo ritmo, dinamismo geométrico e esbelteza da estrutura metálica, assegurando a salvaguarda e valorização daqueles que são os elementos que melhor definem a essência e identidade arquitectónica do edifício”.

No relatório que analisa o valor patrimonial da antiga estação de eléctricos, datado de Julho de 2015, José Maria Lobo de Carvalho nota que “a construção hoje existente apresenta ainda uma autenticidade material muito significativa, apesar de representar apenas uma parte do conjunto original”, tanto a nível técnico como espacial. E que apesar de se identificarem patologias visíveis resultantes de “demolições pontuais e da degradação natural do metal”, a estrutura aparentava ter “uma razoável estabilidade estrutural e boa integridade física”, assim como os tijolos das paredes que restavam – recomendando até a salvaguarda de alguns.

Ainda assim, qualquer solução “implicaria sempre uma opção cri-



**As estruturas que ali existiam são memória do período industrial da segunda metade do século XIX**

teriosa entre a preservação integral da estrutura original ou a sua eventual substituição, parcial ou total”. “O facto de o conjunto edificado se encontrar referenciado na Carta

Municipal de Património e localizado dentro da ZEP da Casa da Moeda, impõe que a solução passe pela valorização do edifício existente, não obstante as dificuldades técnicas e

os custos associados a tal opção”, refere ainda.

Face a estas questões, conclui então a análise, “a opção projectual baseia-se no bom senso, assumindo que a estrutura, tal como existe hoje, não é passível de um restauro integral com base nas mesmas técnicas originais, não permite suportar as cargas adicionais nem responde aos critérios mínimos de segurança para um edifício com uma utilização pública”.

“Considerando que a estrutura tem três ordens de valor – estética, estrutural e material – optou-se por manter a ‘estrutura principal transversal’, isto é, o conjunto de asnas e montantes com maior efeito visual e estrutural, substituindo apenas a ‘estrutura secundária longitudinal’, constituída pela estrutura triangular longitudinal, situada no topo do conjunto porticado, com mínimo impacto visual, mas com significativo efeito estrutural.” Deste modo, refere o relatório, obtém-se “uma solução equilibrada respeitadora do valor patrimonial e da autenticidade histórica e construtiva da estrutura original, sem sacrificar critérios de segurança e qualidade construtiva do novo edifício reabilitado”. Resta saber agora que peças desmanteladas regressarão ao seu lugar.